

ASSÉDIO MORAL: UNIVERSIDADES JÁ COMBATEM O ABUSO DE PODER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Editorial

Nesta edição, ADUR-Inforna apresenta mais um tema que afeta significativamente o cotidiano do trabalho docente. Assim como a exploração cada vez mais intensa da força de trabalho dos professores – discutida nas edições anteriores – o Assédio Moral também precisa ser denunciado e trazido para o debate.

Esta prática não é nova; o abuso de poder sempre existiu nas relações de trabalho e raramente foi levado a sério. Por isso, o ADUR-Inforna aborda este tema, na expectativa de que ele possa ser discutido pela comunidade universitária da UFRRJ.

Vale dizer que o assédio moral precisa também ser contextualizado, a partir das transformações no mundo do trabalho, que produzem relações cada vez mais competitivas e desumanas entre os trabalhadores. Essa competição tem sido estimulada por padrões e difundidas por meio de palavras “da moda”, tais como flexibilização, empregabilidade e multifuncionalidade.

Elas têm se concretizado e são cada vez mais reforçadas pelas políticas adotadas pelos governos brasileiros, nas últimas décadas. As novas relações de trabalho, defendidas pelas políticas neoliberais, na verdade se coadunam, reforçam e acabam por dar uma aparência de “normalidade” ao abuso de poder praticado no âmbito profissional.

Com um enorme contingente de desempregados e com a correlação de forças existentes hoje, o quadro é cada vez mais propício a este abuso e a relações bastante autoritárias. E as reformas Sindical e Trabalhista do governo Lula, que propagam, entre outros preceitos, que o acordado (entre patrões e trabalhadores) deve estar acima do legislado, trabalham ainda mais

nesta direção. Estas reformas, assim como a da Previdência e a Universitária, são continuidades da política de FHC. O governo Lula não rompeu com os desígnios privatizantes de seu antecessor e segue as determinações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, aprofundando as contradições e as desigualdades sociais.

Elas visam desorganizar e enfraquecer as organizações de base – uma conquista histórica da categoria – e atribuir às Centrais Sindicais todo o poder de negociação. Pregam a flexibilização das relações de trabalho, para gradativamente acabar com direitos como o 13º salário, multa de 40% sobre o FGTS nas demissões, licença maternidade, restrições ao direito de greve, entre outros benefícios conquistados pelos trabalhadores ao longo da história. Com as bases sindicais enfraquecidas, caberá ao funcionário negociar diretamente com seu chefe, sendo o direito aos 30 dias de férias o único ponto inegociável.

A alegação do governo é de que com as alterações propostas pelas reformas trabalhista e sindical, as empresas brasileiras ficarão mais competitivas, fomentando, assim, a contratação de novos funcionários, reduzindo, então, o desemprego. A velha tática de usar o discurso para confundir e passar medidas que vão no sentido inverso.

A estratégia governista era de implementar a reforma sindical primeiro, para depois, quando os sindicatos estiverem enfraquecidos, dar conta da trabalhista. Esta estratégia é clara em seu objetivo, já que essas reformas transferem o poder de decisão para as Centrais, anulam os direitos dos trabalhadores e garantem a manutenção do lucro aos empresários. Pela reforma sindical, as bases não participarão



das negociações. O que já foi negociado pelos sindicatos de base pode ser alterado pelas Centrais Sindicais, pelas confederações e pelos patrões, estando estes três em comum acordo. As bases não serão ouvidas.

O ANDES-SN permanece na luta contra a exploração do trabalho docente e a anulação dos direitos trabalhistas. O Sindicato Nacional combate as Reformas Universitária, Trabalhista e Sindical, que promovem a mercantilização do ensino e a desumanização das relações de trabalho.

As Reformas Trabalhista e Sindical serão debatidas no Seminário “Alternativas de Organização dos Trabalhadores”, a realizar-se nos dias 1º e 2 de julho, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ).

Como não há vitória sem luta, entre os dias 15 e 17 de julho, em Fortaleza (CE), acontecerá o 50º CONAD. Durante o evento, o ANDES-SN e suas bases atualizarão o plano de lutas da categoria e as estratégias de resistência e mobilização da classe docente.

LEIA NESTA EDIÇÃO:

MEC APRESENTA SEGUNDA VERSÃO DO ANTEPROJETO DA LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

PÁGINA 3

COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DOS SPFF'S FOI INSTALADO EM JUNHO.

PÁGINA 4

SETOR DAS IFES ATUALIZA E PROTEGE REIVINDICAÇÕES NO MEC. VEJA A PÁGINA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES.

PÁGINAS 4 E 5

GT DO MEC DISCUTE PROPOSTAS PARA INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES

PÁGINAS 5 E 6

REUNIÃO DO GTPE ATUALIZA DEBATE SOBRE A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR.

PÁGINA 6

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ.

PÁGINA 7

NÃO-PARIDADE NAS ELEIÇÕES DO IF DIVIDE OPINIÕES NA UFRRJ.

PÁGINA 7

ENTREVISTA COM O REITOR DA UFRRJ: PROF. RICARDO MOTTA MIRANDA.

PÁGINAS 8 A 11

RETIFICAÇÃO DA ENTREVISTA COM A PROFA. MARIA JULIA SALIM PEREIRA, COORDENADORA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS DA UFRRJ.

PÁGINA 12

ASSÉDIO MORAL: UNIVERSIDADES JÁ COMBATEM O ABUSO DE PODER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Como definir assédio moral?

Nesta edição, o ADUR Informa apresenta um tema ainda pouco debatido – o assédio moral e suas conseqüências para as relações de trabalho – apostando que tal discussão precisa ser levada adiante por toda a comunidade da UFRRJ.

O assédio moral pode ser definido como abuso de poder. Trata-se de uma conduta agressiva nas relações de trabalho, na qual o funcionário fica exposto a humilhações e constrangimentos provocados, normalmente, por alguém que ocupe um cargo hierárquico maior do que o dele. O trabalhador, coagido pelo chefe, é alvo de piadas, comportamentos e declarações ofensivas, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, repetidamente.

Embora sempre tenha estado presente nas relações de trabalho, a prática do assédio moral, nas últimas décadas, tem sido cada vez mais recorrente nos meios profissionais. Apenas 0,2% das empresas têm políticas contra essa prática.

Assim, a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNRQ), a Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Instituto Nacional de Saúde do Trabalho (INST) editaram e distribuíram a cartilha "Assédio Moral – A tirania nas relações de trabalho", redigida por João Caetano do Nascimento.

Segundo esta cartilha, uma pesquisa realizada em 2000 pela médica do trabalho e Mestra em Psicologia Social, Margarida Barreto, comprovou que 42% dos 2072 entrevistados na capital paulista e adjacências já foram vítimas de assédio moral. Os participantes trabalhavam nos ramos farmacêutico, plástico, químico e similar, em uma das 97 empresas desses setores, em São Paulo. Deste percentual, 56,8% são mulheres, contra 43,2% dos homens.

De acordo com a cartilha, as formas de controle e pressão sobre as mulheres têm sido mais diversificadas e eficazes, já que o assédio nem sempre é moral, mas também sexual. Em muitos casos, elas recebem propostas de promoção profissional e são perseguidas, caso não se submetam à vontade do chefe. Quando se trata do assédio moral, são, muitas vezes, proibidas de engravidar e têm o tempo e frequência com que vão ao banheiro, por exemplo, limitados a cinco minutos e duas vezes ao dia, respectivamente. A remuneração feminina é, muitas vezes, inferior à masculina – uma forma de discriminação de gênero adotada em algumas empresas.

O assédio moral também tem sido cometido, sobretudo contra doentes e acidentados, como um mecanismo para provocar a demissão "espontânea" do funcionário e "liberar" as empresas de alguns dos encargos trabalhistas quando ele é demitido. Em outra situação, o trabalhador – antes licenciado por razões médicas – é rebaixado de função e, conseqüentemente, nos seus vencimentos mensais, quando retorna ao emprego.

As freqüentes humilhações e coações no mercado de trabalho contribuem para que a vítima estabeleça um "pacto de tolerância", como afirma a cartilha. Envergonhados, enfraquecidos e temerosos pelo emprego, os funcionários silenciam-se diante das ameaças dos patrões. Alguns superiores, inclusive, ameaçam também a família dos funcionários para que eles se enquadrem nos ditames da empresa, sem reclamar, queixar-se ou lutar pelos seus direitos, via Sindicatos.

O que diz a Legislação:

Segundo a cartilha da CNRQ, da CUT e do INST, a França foi o primeiro país a instituir a pena para o assédio moral.

No caso brasileiro, existem leis estaduais, sendo a primeira delas do Estado de São Paulo, de acordo com as informações apresentadas pela cartilha.

No Rio de Janeiro, os trabalhadores, também estão amparados, sendo que pela Lei nº 3921 de 23 de agosto de 2002, oriunda do Projeto de Lei nº 2807 de 2001.

Por esse dispositivo, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com os parágrafos 5º e 7º do artigo 115 da Constituição Estadual, "veda o assédio moral no trabalho, no âmbito dos órgãos, repartições ou entidades da administração centralizada, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, do poder legislativo, executivo ou judiciário do Estado do Rio de Janeiro, inclusive concessionárias e permissionárias de serviços estaduais de utilidade ou interesse público (...)".

Pelo parágrafo único desta Legislação, as seguintes práticas são caracterizadas como assédio moral:

I - determinar o cumprimento de atribuições estranhas ou atividades incompatíveis com o cargo do servidor ou em condições e prazos inexequíveis;

II - designar para funções triviais, o exercente de funções técnicas, especializadas ou aquelas para as quais, de qualquer forma, sejam exigidos treinamento e conhecimentos específicos;

III - apropriar-se do crédito de idéias, propostas, projetos ou de qualquer trabalho de outrem;

IV - torturar psicologicamente, desprezar, ignorar ou humilhar o servidor, isolando-o de contatos com seus colegas e superiores hierárquicos ou com outras pessoas com as quais se relacione funcionalmente;

V - sonegar informações que sejam necessárias ao desempenho das funções ou úteis à vida funcional do servidor;

VI - divulgar rumores e comentários maliciosos, bem como críticas reiteradas, ou subestimar esforços, que atinjam a saúde mental do servidor; e

VII - na exposição do servidor ou do funcionário a efeitos físicos ou mentais adversos, em prejuízo de seu desenvolvimento pessoal e profissional.

As penalidades impostas pela Lei variam entre multa, suspensão, demissão, estando o infrator sujeito também a receber outras atribuições. Entre outros direitos, a vítima tem assegurado o cancelamento de sua demissão e recebe, por escrito, a retratação de seus superiores. Também pode ser estipulado o pagamento de indenização.

Assédio moral e a saúde do trabalhador:

O assédio moral contribui para a desestabilização da saúde e das relações de trabalho do funcionário. Entre outros malefícios, pode até mesmo agravar doenças pré-existentes. A vítima apresenta sentimento de culpa, irritação constante, dificuldades emocionais, cansaço, perda da capacidade de concentração e de memorização, redução da capacidade de enfrentar o estresse e diminuição da libido.

As relações sociais também ficam comprometidas, já que o trabalhador sente-se inseguro, triste e evita o contato com amigos e familiares.

Implicações no mercado de trabalho e nas relações de classe:

Segundo a citada cartilha, Dra. Margarida Barreto também realizou uma pesquisa de âmbito nacional, pela qual detectou que 33% da População Economicamente Ativa sofreram alguma forma de assédio moral. Na região Sudeste, todavia, a incidência chega a 66%, seguida de 21% pelo Sul.

Uma das perguntas desta pesquisa – "você acha que as pessoas e grupos se ajudam mutuamente?" – obteve 70% de respostas negativas. A cartilha afirma que este percentual é resultado do medo e da manipulação sofrida pelos funcionários em seus locais de trabalho.

No mundo globalizado, o medo do desemprego tem sido um dos fatores que minimizam a capacidade organizativa dos funcionários. Solidariedade de classe, mobilização e greve tem sido, sorrateiramente, substituídas por palavras como flexibilização, empregabilidade e multifuncionalidade.

Esses novos termos, hoje já incorporados ao vocabulário do trabalhador, significam que os funcionários têm sido cada vez mais submetidos às mudanças do mundo do trabalho, que trazem o acirramento das concorrências profissionais e a busca frenética por maior produtividade. O perfil do trabalhador também se transformou, pois dele se exige cada vez mais uma capacidade de acumular funções e desempenhar múltiplas atividades.

UNIRIO divulga portaria coibindo o assédio moral

Preocupada com esta problemática, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) publicou uma portaria, em 13 de janeiro de 2004, pela qual o então Reitor, Pietro Novellino, dispôs os procedimentos a serem adotados para punir o agressor moral.



MEC APRESENTA SEGUNDA VERSÃO DO ANTEPROJETO DA LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

De acordo com esta portaria, o servidor que sentir-se submetido ao assédio moral poderá denunciar o agressor às autoridades competentes. O funcionário deverá reportar-se ao Reitor, "relatando os fatos ocorridos por escrito, instruindo-o, preferencialmente com documentos que sirvam para elucidação dos fatos e suas circunstâncias".

Após ser comunicado, o Reitor deverá instaurar uma sindicância para apurar os fatos. O resultado poderá levar à aplicação de penalidade de advertência ou suspensão do agressor por um período de até 30 dias, à instauração de um processo disciplinar ou ao arquivamento do caso. Se for o caso de se promover um processo disciplinar, será composta uma comissão de três servidores designados pelo Reitor, cujo presidente deverá ter o mesmo nível de escolaridade do agressor – ao qual será assegurado o direito de defesa.

Segundo a portaria da UNIRIO, as fases do processo, os prazos e julgamentos, assim como a aplicação de penalidades devem seguir as determinações da Lei nº8.112/90, que instituiu o "Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais".

A UNIRIO não só publicou uma portaria sobre o assédio moral, como também organizou uma palestra sobre o assunto, realizada em maio passado.

Fonte: www.assediomoral.org
Barreto, M. *Uma Jornada de Humilhações*. PUC-SP:2000



No último dia 30 de maio, o Ministro da Educação apresentou a segunda versão do texto do Anteprojeto da Lei da Educação Superior. O lançamento aconteceu em tempo real, transmitido do auditório do MEC, em Brasília, pelo canal da NBR da Radiobrás. Segundo informe divulgado pela assessoria de comunicação do Ministério, o novo texto, que recebeu 121 emendas, destaca três eixos importantes – financiamento, qualidade das IFES e ampliação de vagas.

De acordo com o Ministro Tarso Genro, a nova versão é fruto de discussões realizadas "em centenas de eventos divulgados pelo MEC e por dezenas de instituições", tendo reunido mais de 230 entidades para debater-lo, a fim de preservar a excelência do ensino, pesquisa e extensão das universidades.

Contudo, o discurso do MEC não é coerente com as práticas que têm sido adotadas pelo Ministério. As "discussões realizadas" nunca incluíram opositores à lógica do projeto, como o ANDES-SN, e, na verdade, boa parte deste projeto já avança através de medidas fragmentadas. Sob o discurso de "democratizar" o ensino público superior, o governo tem realizado uma expansão desordenada da educação. Ao instituir o Programa Universidade para Todos (ProUni), as Parcerias Público-Privadas (PPP's) e a Lei de Inovação Tecnológica, o governo tem fortalecido o ensino pago e atendido as demandas do capital privado. Com o ProUni, por exemplo, as universidades particulares reconhecidas como filantrópicas recebem isenção de impostos para destinar um percentual mínimo de suas vagas para alunos considerados "carentes". Assim, o governo deixa de arrecadar com os impostos e não promove investimentos nas universidades públicas, que poderiam ampliar o número de vagas e de cursos, caso houvesse mais recursos para melhorias institucionais e contratação de professores.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN), a segunda versão do Anteprojeto da Lei da Educação Superior representa um "recoeu em relação aos itens da

versão anterior que regulavam as mantenedoras", que agora serão livres de regulamentação e representação – já que os conselhos administrativos foram excluídos. Segundo o ANDES-SN, tal medida favorece ao empresariado. Do mesmo modo, na nova versão do texto, foi também extinta a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares.

De acordo com o ANDES-SN, a nova versão do Anteprojeto reforça a abertura da educação brasileira ao capital estrangeiro, retirando do setor público, gradativamente, a responsabilidade com o ensino. Tal descompromisso pode ser evidenciado pelas ofertas de cursos de graduação e pós-graduação a distância, assim como pelo estímulo dispensado às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas para que se transformem em universidades. Os cursos tecnológicos de curta duração (dois anos) também estão em consonância com a desestruturação do ensino público – seguindo a agenda de determinações de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No que se refere ao financiamento das universidades, as reivindicações da ANDIFES e do ANDES-SN foram desconsideradas, tendo, inclusive, diminuído em relação à versão anterior, de dezembro de 2004, que reconhecia "que a subvinculação (75% dos 18% constitucionais) iria reduzir as verbas atualmente disponíveis, salvaguardando que o orçamento nominal não poderia ser inferior ao do ano imediatamente inferior". Na versão atual, essa "salvaguarda" desapareceu. Além disso, as IFES deverão destinar 5% de suas verbas para o custeio da assistência estudantil.

Para o ANDES-SN, a ausência de um padrão de financiamento para as IFES deve ser entendida no contexto da política econômica brasileira, que tem limitado cada vez mais o investimento em áreas sociais.

Outro ponto polêmico desta segunda versão se refere à democratização da gestão da universidade, já que o novo documento desconsidera a prática do voto paritário – uma conquista histórica da comunidade – exigindo prevalência do voto docente, majoritariamente. A nova versão do Anteprojeto também exclui a escolha

de pelo menos um dirigente das IPES por meio das eleições diretas e, embora não permita a reeleição de Reitores, amplia o mandato deles para cinco anos.

Quanto à carreira, o novo Anteprojeto estabelece um novo plano para o magistério superior, podendo este ser regulamentado pela própria universidade. Este seria instituído pelo Poder Executivo, após a publicação da Lei, em um período de até dois anos.

É preciso estar atento ao discurso governista de que este novo Anteprojeto foi discutido com várias instituições. Na verdade, o MEC tem discutido com entidades que aprovam o documento e não tem dialogado com aquelas que criticam a Reforma Universitária. As IFES, de uma maneira geral, têm organizado seminários e debates sobre os projetos do governo para as universidades públicas. No entanto, o MEC não tem participado desses eventos, embora seja convidado com antecedência – como aconteceu, recentemente, na UFRRJ. Para citar outro exemplo recente: em 2004, na Universidade Federal Fluminense (UFF), o representante do Ministério da Educação, Prof. William Campos, demonstrou desinteresse pelos questionamentos dos estudantes e retirou-se do evento de forma desleal.

Assim, com o discurso de que o MEC tem uma proposta democrática, o Ministro Tarso Genro dialoga com seus aliados e silencia todos aqueles que defendem um projeto de universidade autônomo, público e de qualidade.

Fonte: "Nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a segunda versão do Anteprojeto de Lei, de 30 de maio de 2005, que regulamenta o ensino superior".

MAIS NA INTERNET:

A Nota da Diretoria do ANDES-SN e a segunda versão do Anteprojeto da Reforma Universitária estão disponibilizadas na íntegra na página eletrônica da ADUR-RJ.
Acesse www.adur-rj.org.br

COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DOS SPF'S FOI INSTALADO EM JUNHO

No último dia 10 de junho, foi instalado, na sede do ANDES-SN, o Comando Nacional de Mobilização (CNM) dos Servidores Públicos Federais – em cumprimento às deliberações da Plenária Nacional da categoria de 22 de maio de 2005. O principal objetivo deste comando é prestar apoio às greves em curso e à mobilização do conjunto das entidades aos funcionários públicos.

A CNESEF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) assumiu a convocação de uma marcha a Brasília a ser realizada no dia 22 de junho, sendo que os servidores da base da CONDSEF estarão acampados de 20 a 23 de junho.

A Plenária Nacional de Servidores Públicos Federais acontecerá no próximo dia 25 de junho.

De acordo com informe divulgado pelo Sindicato Nacional dos Docentes, a greve ainda está restrita às bases da CONDSEF (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) e FENASPS (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social).

Contudo, a greve não exige o atendimento de pautas específicas, apesar das demandas particulares de cada segmento do serviço público, como no caso dos docentes. Segundo informe do ANDES-SN, os servidores estão em greve pela pauta unificada, reivindicando a política salarial para o conjunto dos SPF's. O momento é, então, de união das entidades que compõem a CNESEF.

Em nota divulgada na página eletrônica do ANDES-SN no dia 10 de junho, a diretoria do Sindicato Nacional afirma que "o fortalecimento da unidade dar-se-á efetivamente com a mobilização e é urgente a discussão sobre a adesão à greve por parte dos professores das IFES, assunto que estará na pauta da próxima reunião do setor das IFES, antecedendo a Plenária dos SPF, cuja convocação será enviada em 13 de junho. Reiteramos o posicionamento do setor das IFES de que não há contradição entre pauta geral e pauta específica, e que estas se combinam e estão sendo encaminhadas pelo sindicato.

É preciso discutir claramente com os professores que estamos sendo chamados a nos mobilizarmos rapidamente, pois não há qualquer sentido em deixar que apenas uma parcela dos servidores faça greve e sofra a repressão decorrente da luta pelo atendimento de reivindicações que são de todos nós".

SETOR DAS IFES ATUALIZA E PROTEGE REIVINDICAÇÕES NO MEC

Na última reunião do Setor das IFES, ocorrida em 6 de junho de 2005, os presentes aprovaram uma pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que foi protocolada no MEC, no mesmo dia. Esta pauta (vide abaixo) segue o que foi deliberado no 24º Congresso do Nacional do ANDES-SN, realizado em Curitiba no primeiro semestre deste ano, e também pelas reuniões do Setor das IFES.

Durante o encontro do dia 6, que antecipou a reunião do GT do MEC, os representantes de diversas IFES atualizaram as reivindicações e apreciaram alguns trechos do documento que seria protocolado no MEC. A maioria dos destaques foi aprovada por unanimidade. A exceção ficou por conta da proposta de inclusão do item "Ampliação emergencial dos incentivos à titulação: aperfeiçoamento – 10%; especialização – 20%; mestrado – 40% e doutorado – 80%. Houve seis votos favoráveis ao acréscimo deste item, 14 contrários e 2 abstenções. O Setor das IFES, contudo, retomará essa discussão.

O primeiro vice-presidente do ANDES, Prof. Paulo Rizzo, fez uma breve retrospectiva das reuniões do GT do MEC e de seus constantes adiamentos. Ele explicou que o governo editou uma portaria pela qual amplia em 60 dias o prazo para conclusão dos trabalhos deste GT, que expirou em maio passado.

O diretor do ANDES-SN informou que o Sindicato Nacional reuniu-se com o Sr. Sylvio Petrus e obteve dados das despesas com pessoal no orçamento de 2005. Disse ainda que o ANDES-SN e o SINASEFE solicitaram o agendamento de reunião da Mesa Setorial de Negociação, o que, segundo o Sr. Petrus, dependia da Mesa Geral.

O Prof. Rizzo também esclareceu as reuniões realizadas com a bancada sindical e o Deputado Walter Pinheiro, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Flávio Tonelli, assessor da liderança do PCdoB, nas quais trataram propostas de emendas à LDO. Contudo, é difícil haver qualquer intervenção no documento deste ano, pois dependeriam do Executivo.

Segundo a circular nº161/05, em relação a LDO, a bancada sindical apresentará "três emendas para possibilitar a definição de recursos na LOA para ganhos salariais dos servidores. As emendas são de conteúdo igual, mas cada uma fazendo a vinculação a parâmetros diferentes: uma vinculada à variação nominal do PIB, outra à variação da receita e outra em relação à inflação mais algum ganho real".

Prof. Paulo Rizzo informou que o ANDES-SN entregaria um documento sobre avaliação docente ao GT, que apresenta deliberações e posicionamentos oriundos dos Congressos e CONAD's do Sindicato Nacional.

Neste mesmo dia, os diretores do ANDES-SN encaminharam correspondência ao Ministério da Educação (carta nº166/05). Por esta carta, a diretoria do ANDES-SN criticou a morosidade do MEC no tratamento às demandas dos docentes e solicitou a retomada imediata da Mesa Setorial de Negociações, "a qual foi praticamente apenas instalada em 2003, de cujos trabalhos dependem a sintonia entre as negociações gerais dos servidores públicos federais e as específicas no âmbito da educação federal".

Leia, abaixo, as reivindicações do Setor das IFES, protocoladas no MEC.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES Em conformidade com as resoluções do 24º CONGRESSO do ANDES-SN

1. Considerando o compromisso firmado pelos ministros presentes na instalação da MNNP, de que, durante este governo, não haveria perdas salariais para os servidores, reivindicamos a implantação de política salarial que cumpra o dispositivo constitucional que assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos, de forma a compensar, no mínimo, as perdas referentes à inflação do ano anterior, de acordo com os índices do DIEESE;
2. Política de recomposição salarial que elimine as perdas sofridas desde janeiro de 1995, com reposição emergencial de 18%, conforme pauta dos servidores públicos federais;
3. Incorporação imediata das gratificações (GED, GEAD, GAE), com paridade entre docentes ativos, aposentados e pensionistas isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos com:
 - 3.1 equiparação dos valores da GED (140 pontos) e da GEAD, com seus valores extensivos integralmente aos aposentados e pensionistas, conforme os valores da tabela abaixo, a vigorar independentemente do reajuste no vencimento básico que deve ser concedido a todos os servidores públicos:



**PROPOSTA EM REAIS
EQUIPARAÇÃO GED E GEAD**

Titulação	classe	20H	40H	DE
graduação	todas	321,23	572,60	858,20
aperfeiçoamento	todas	321,23	634,20	947,80
especialização	todas	321,23	634,20	947,80
mestrado	titular	476,00	1.191,40	1.492,40
	outra	428,77	1.024,80	1.492,40
doutorado	titular	681,80	1.702,40	2.770,60
	outra	596,40	1.492,40	2.345,00

3.2. Enquanto a GED não for integralmente incorporada, deve haver extensão integral aos aposentados e pensionistas.

4. Abertura imediata de negociação com vistas ao estabelecimento de carreira única para os docentes das IFE em substituição aos atuais planos diferenciados para 1º e 2º grau e 3º grau, garantindo a paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas.

5. Instituição da classe especial e de professor associado no atual plano de cargos respectivamente para os docentes de 1º e 2º grau e ensino superior, enquanto passos importante na direção da nova carreira.

6. Restabelecimento dos anuênios;

7. Imediata realização de todos os concursos públicos recentemente aprovados e anunciados pelo MEC, com cumprimento urgente da integralidade do aprovado, bem como a liberação de concursos públicos para a recomposição e ampliação de todas as vagas nas carreiras de Magistério de 1º e 2º graus e Superior das IFES, com a definição e cumprimento de calendário para reposição de todas as vagas;

8. Revogação das proibições às IFES de realizar concursos para preencher todas as vagas de docentes e de técnicos-administrativos existentes ou que venham a existir por aposentadorias e outras formas de vacância;

9. Extinção de todas as formas de precarização do trabalho docente nas IFES, tais como: aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado;

9.1 Equiparação imediata da remuneração dos professores substitutos aos efetivos conforme titulação e regime de trabalho, incluindo todas as gratificações;

10. Manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES;

11. Revogação do decreto que regulamenta as fundações de apoio (Dec. N) e proibição de cursos pagos que violam os princípios da universalidade e da gratuidade do ensino público.

Brasília, 6 de junho de 2005.

GT DO MEC DISCUTE PROPOSTAS DE INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES

ADUR Informa tem acompanhado os encaminhamentos do Setor das IFES e das Plenárias dos Servidores Públicos Federais (SPF's), a cada edição, como também as deliberações do GT do MEC. É preciso destacar que estão em discussão duas pautas complementares, portanto, não excludentes, que são apoiadas pelo Sindicato Nacional de Docentes. A do Setor das IFES apresenta reivindicações dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior, enquanto a dos SPF's aponta a reposição salarial de todo o conjunto de funcionários públicos do país.



Embora a oposição ao Sindicato Nacional tenha se mobilizado para que a negociação com o governo não ocorra de forma unificada, o ANDES-SN entende que a luta dos docentes e dos SPF's perfazem a mesma trajetória por melhorias das condições de trabalho e salariais.

Apesar das afirmativas de que tem negociado com a bancada sindical, o governo, até o momento, não apresentou conclusões para as discussões que tem sido levadas ao GT do MEC. Este Grupo de Trabalho foi criado pela Portaria nº 4052/04, com a finalidade de "apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)".

Além dos representantes do MEC, participam deste GT os representantes do ANDES-SN, da ANDIFES, da SBPC e do Proifes – tendo este último acatado o convite do Ministro da Educação para fazer parte do Grupo. O próprio Tarso Genro declarou, na ocasião, que o convite ao Proifes faz parte de uma estratégia política do governo. (Leia-se: dividir e desmobilizar a classe docente para melhor "dominá-la").

Segundo o cronograma inicial, este GT deveria contemplar, em diferentes reuniões, três aspectos importantes para o movimento: a) GED; b) paridade entre ativos e aposentados; c) avaliação docente. Este GT, instalado em dezembro de 2004, deveria ter elaborado um relatório conclusivo dos trabalhos em maio de 2005 – o que não foi feito.

Em 16 de março deste ano, durante reunião do GT, o MEC entendeu que a "GED perdeu sua função de incentivo, devendo ser incorporada aos salários", progressivamente (circular nº 53 do ANDES, de 17 de maio de 2005). Esta reunião, previamente agendada para as 16 horas daquele dia, começou sem a presença dos diretores do ANDES-SN, que não foram avisados pelo MEC de que o compromisso havia sido antecipado, na última hora, pelo governo. O MEC alegou "falha" na comunicação.

Somente no último dia 6 de junho, após adiamentos sucessivos, a reunião do GT do MEC foi retomada. Dela participaram os representantes do ANDES; da Comissão Nacional de Mobilização; de 24 seções sindicais que participaram da reunião do Setor das IFES, também naquele dia; da ANDIFES; da SBPC e do Proifes.

O secretário do MEC, Jairo Jorge da Silva, apresentou as consequências (ou impactos) no orçamento para o governo, caso ocorra a incorporação da GED e da GAE, e o aumento de incentivos aos docentes; que seriam de R\$ 610 milhões e R\$ 370 milhões, respectivamente. Os incentivos ao docente contemplariam os seguintes percentuais, sobre o vencimento básico: 10% para aperfeiçoamento; 20% para especialização; 40% para mestrado e 80% para doutorado. Jairo Jorge informou que ainda não há uma conclusão sobre essas propostas, sobre quando ou de que forma seriam incorporadas (de uma única vez ou parceladamente).

O governo afirma que "no cálculo do impacto das incorporações foi tomada a folha atual, sem se fazer a integralização da GED para os aposentados que percebem apenas 91 pontos, sendo, então, que a correção para atender a paridade resulta de acréscimo no impacto, provavelmente da ordem de R\$ 80 milhões". Estas duas propostas serão encaminhadas pelo MEC aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O primeiro vice-presidente do ANDES-SN, Prof. Paulo Rizzo, distribuiu cópia das reivindicações do Setor das IFES a ser protocolada no MEC, e

CONTINUA NA PÁGINA 6

CONTINUAÇÃO (GT do MEC...)

afirmou que o governo deveria promover um tratamento isonômico entre os professores do magistério superior e da educação básica, havendo, portanto, uma equiparação dos valores da GED e da GEAD. Rizzo ressaltou a necessidade de se estabelecer a paridade entre o pessoal da ativa e os aposentados. Para ele, a incorporação dessas gratificações ao salário pode ser um primeiro passo em direção à isonomia e à paridade.

O representante do ANDES-SN disse que os incentivos não fazem parte das reivindicações do sindicato e que é preciso analisá-los sob o impacto do novo plano de carreira, a fim de evitar possíveis distorções e empecilhos na construção da isonomia. Segundo relatório do GT do MEC divulgado pelo ANDES-SN (circular nº 159/05, de 7 de junho), "os incentivos teriam sido adotados pelo PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Emprego), em 1987, pois aquele plano contemplava titulações diferentes em mesma classe, a partir da progressão por desempenho".

Prof. Paulo Rizzo informou que o sindicato encaminharia para as bases as discussões sobre a proposta apresentada pelo MEC – o que não impediria a continuidade do debate sobre o tema pelo GT.

A discussão sobre a carreira docente foi preocupação entre os Reitores Paulo Speller e José Ivonildo do Rego – representantes da ANDIFES. Eles afirmaram que o plano de carreira e a criação da classe de professor associado devem ser discutidos com urgência, antes que o governo tome qualquer medida como as apresentadas, temendo dificuldades na sua implantação. Eles também manifestaram preocupação com a proposta de aumento de incentivos por titulação. Para Prof. Speller, a criação da classe de professor associado deveria ter tratamento emergencial.

Segundo Jairo Jorge da Silva, a discussão sobre a criação da classe de professor associado deverá ser contemplada quando o GT for debater sobre a carreira docente e avaliação institucional. O secretário do MEC informou que "esta era uma proposição da versão anterior ao Anteprojeto da Reforma da Educação Superior e que, a versão mais recente propõe a construção da carreira em até dois anos".

O representante do ANDES-SN disse que o MEC deveria considerar a criação da classe de professor associado como uma discussão importante, "pois possibilitaria ganho real e definitivo e ampliaria os horizontes para os professores que, na sua maioria, estão na classe de adjunto, como também a classe especial reivindicada para os docentes da carreira de 1º e 2º graus".

Os professores Robson Mattos e Gil Vicente Figueiredo, ambos representando o Profes, disseram que as informações do MEC não têm concretude quanto ao reajuste salarial, e que 0,1% é inadmissível. Prof. Robson Mattos disse ver com simpatia as duas propostas do MEC, tendo em vista a necessidade de ganho imediato dos docentes. Para ele, é preciso discutir as propostas sobre o aumento de incentivos à titulação e as incorporações das gratificações, assim como o plano de carreira da categoria. Ele propôs, inclusive, que o GT do MEC, após a conclusão dos trabalhos, fosse transformado no GT que trataria do plano de carreira.

O Prof. Gil Vicente Figueiredo concordou com a necessidade de se iniciar o debate sobre o plano de carreira e discordou do ANDES-SN à questão dos incentivos por títulos, pois para ele, a carreira deve valorizar a titulação, sendo este aspecto crucial para a universidade.

O representante da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Prof. Amílcar Baiard, afirmou que surpreendeu-se positivamente com as propostas do MEC, acreditando na construção de um plano de carreira em breve. Ele propôs a comparação da remuneração dos docentes de algumas categorias da Ciência e Tecnologia com a dos demais professores, em defesa da avaliação das distorções salariais existentes.

Os representantes da ANDIFES afirmaram que o MEC deve se posicionar o quanto antes em relação às propostas apresentadas, bem como a discussão sobre o plano de carreira dos professores, pois há rumores de greve em muitas universidades. Prof. Gil Vicente Figueiredo disse que o debate sobre a carreira é muito complexo e que "se os atuais pontos em discussão não forem encaminhados, haverá uma repercussão altamente negativa".

O Prof. Paulo Rizzo informou que o ANDES-SN tem discutido o assunto em seus fóruns e que tomará as deliberações no próximo CONAD. O representante do Sindicato Nacional dos Docentes lembrou que a criação da classe de professor associado "pode ser um alento para a categoria". Contudo, alertou para a necessidade de ganhos que sejam duradouros e não de curto prazo, e que, por isso, a discussão sobre a carreira deve ocorrer paralelamente à de ganhos salariais. Reiterou a posição de que o governo deve discutir o assunto o mais rápido possível.

O secretário do MEC comprometeu-se em apresentar uma solução concreta para o assunto na próxima reunião do GT, em 27 de junho. Disse que há disposição do Ministério da Educação para transformar o atual GT em um Grupo que discuta o plano de carreira.

REUNIÃO DO GTPE ATUALIZA DEBATE SOBRE A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

O GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional) do ANDES-SN reuniu-se em 21 e 22 de maio passado, para discutir a Reforma da Educação Superior e o impacto dessas medidas no interior das IFES. A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira, primeira vice-presidente da entidade.

No primeiro dia da reunião, os presentes atualizaram os debates sobre a Reforma Universitária após a divulgação da Agenda da Educação Superior do ANDES-SN para a Educação Superior Brasileira, publicada na edição nº 67 do ADUR Informa (11 de março de 2005).

De acordo com o relatório da reunião do GTPE (circular nº 153/2005), a Reforma Universitária já se faz presente nas IFES por meio dos sistemas de avaliação e das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Lei de Inovação Tecnológica, pelas mudanças nos estatutos e pelas Fundações de Apoio.

Já no dia 22, os presentes analisaram, prioritariamente, o ENADE, o FUNDEB, as propostas para a educação profissional e tecnológica e a organização de luta com o restabelecimento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Também discutiram e elaboraram um documento crítico sobre a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – disponibilizado em maio de 2005 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) – já que esta, segundo o GTPE, tem que ser compreendida no contexto da Reforma do Ensino Superior brasileiro. Esta proposta do CNE, "*desloca o conceito de formação para o de produção de um docente adequado às necessidades de reprodução de um projeto de sociedade mercantil e lucrativa em que a educação é um negócio*".

Para o GTPE, a análise da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia deve ser realizada no conjunto de ações implementadas pelo MEC ao longo da década de 1990. Este projeto, que apresenta vários problemas para a formação de professores, se aproxima de uma nova concepção de trabalho docente, que fragmenta a sua formação. Um exemplo dessa fragmentação do aprendizado do professor está no artigo 2º do citado projeto, que restringe o curso de Pedagogia à formação de docentes para a educação básica com duas habilitações: uma para a educação infantil e outra para os anos iniciais do ensino fundamental, "*repetindo o modelo do Curso Normal Superior, rejeitado amplamente pelas entidades educacionais*".

O documento do CNE representa, então, um retrocesso para a educação brasileira, na medida em que restabelece a "*velha dicotomia entre a formação do Licenciado e do Bacharel; retira dos cursos de graduação em Pedagogia o papel de principal locus da formação docente para atuar na educação básica, na medida em que, a referida resolução reedita no Curso de Pedagogia aspectos constantes no Decreto 3.276, de dezembro de 1999, que institui o Curso Normal Superior*".

Durante a reunião, o GTPE reafirmou a concepção de que o Curso de Pedagogia é o "*espaço acadêmico de que a universidade brasileira dispõe para estudos avançados na área de educação*". Os presentes endossam as teses construídas pela ANPEd, ANFOPE e CEDES, de que a base do curso de pedagogia é a docência, que forma o profissional para atuar no ensino, na pesquisa e na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento em diversas áreas da educação.

O grupo também elaborou um documento chamado "Implementação da contra-reforma da educação superior: um estudo preliminar do GTPE do ANDES-SN (maio de 2005)", pelo qual concluem que a Reforma Universitária não pode ser compreendida somente nos âmbitos das IFES e IPES, mas como um projeto que abrange toda a educação brasileira.

Por este documento, os presentes na reunião do GTPE endossaram a idéia de que as orientações dos representantes do Ministério da Educação seguem as determinações do Banco Mundial e do modelo neoliberal de gestão.

De acordo com o GTPE, "*o projeto do Governo Federal legaliza e aprofunda esse processo, homogeneizando, por baixo, as IFES e IEES, eliminando as potencialidades e pontos positivos que as singularizaram e disseminando um conjunto único – e concentrado – de pontos negativos e limitações como cursos a distância desprovidos de qualidade, a abertura de novos cursos sem realizar concursos e construir novas instalações e a intensificação desmedida do ritmo do trabalho docente*".

Por este documento, o GTPE critica a "diluição da fronteira entre o público e o privado", e medidas que intensificam a implementação da Reforma da Educação Superior. Do mesmo modo, conclama todas as entidades que pregam a defesa de um ensino público de qualidade para unirem forças e se mobilizarem contra a Reforma Universitária.

CALENDÁRIO DE LUTAS DO ANDES-SN

- 20 a 23/06** – Atividades do acampamento, coordenadas pelo CNM dos SFP's.
- 23/06** – Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente.
- 22/06** – Marcha à Brasília com concentração no acampamento.
- 24/06** – Reunião do Setor das IFES.
- 25/06** – Plenária dos SPF's.
- 27/06** – Reunião do GT do MEC.
- 01 a 02/07** – Seminário Alternativas de Organização dos Trabalhadores, na Universidade Federal Fluminense.
- 03/07** – Reunião do Pleno do GT Política de Formação Sindical (GTPFS) do ANDES-SN, em Niterói (RJ).
- 15 a 17/07** – 50º CONAD, em Fortaleza (CE), sediado pela ADUNIFOR Seção Sindical, com o tema central: **"AUTONOMIA, DEMOCRACIA E LIBERDADE: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo"**.

NA INTERNET:

O ANDES-SN PROTOCOLOU CARTA NO MEC, NO ÚLTIMO DIA 9 DE JUNHO. ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR E LEIA O DOCUMENTO (CARTA Nº 173/05) NA ÍNTEGRA.

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ

FGTS

Informamos aos professores que a primeira fase referente à ação do FGTS, movida contra a Caixa Econômica Federal, está encerrada. O assessor jurídico da entidade, Dr. Marcelo Chalhó, deverá prestar contas à Justiça, informando quais foram os docentes que já receberam o valor do FGTS, bem como aqueles que também repassaram os percentuais devidos à ADUR-RJ e ao advogado.

APOSENTADORIA

Para nosso controle e seu benefício, solicitamos que os professores, por favor, entrem em contato com a ADUR-RJ, quando se aposentarem.

PROFESSOR, MANTENHA O SEU CADASTRO ATUALIZADO. ENTRE EM CONTATO COM A ADUR-RJ, INFORME SEUS DADOS PESSOAIS E ESTEJA SEMPRE INFORMADO DAS NOSSAS ATIVIDADES DE LUTA.

ACONTECE NA UFRRJ

NÃO-PARIDADE NAS ELEIÇÕES DO IF DIVIDE OPINIÕES NA UFRRJ

A eleição paritária – que atribui a mesma valoração ao voto dos três segmentos da universidade – representa uma conquista histórica para a comunidade universitária. Contudo, os últimos acontecimentos na UFRRJ demonstram que este entendimento não é mais uma unanimidade no meio acadêmico.

Amparado pela Lei nº9192/95 e Decreto nº 1916/96, o Conselho Departamental do Instituto de Florestas, na sua 77ª Reunião Ordinária, aprovou a Consulta Prévia à Comunidade do IF – que aconteceria nos dias 31 de maio, 1º e 2 de junho passados – por meio da não-paridade (70% para docentes e 30% a serem distribuídos entre discentes e técnico-administrativos). As eleições foram, primeiramente, remarcadas para os dias 7 e 8 de junho, mas até o presente momento estão suspensas.

A Lei nº9192/95 e o Decreto nº 1916/96 alteram os dispositivos da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentava o processo de escolha dos dirigentes universitários. Pela nova legislação, de acordo com o artigo 16, parágrafo III, "em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias".

Segundo a nota divulgada pelo diretor do IF, Prof. Ricardo Pereira, no dia 31 de maio, SINTUR, DCE e CAEF (Centro Acadêmico de Engenharia Florestal – Gestão "Diversidade na Floresta – Porque as Florestas não são só árvores"), realizaram uma manifestação durante o processo eleitoral do IF – o que culminou com a retirada e queima das urnas e apreensão do material da Comissão Eleitoral.

A coordenação do Centro Acadêmico, contudo, distribuiu outra nota à comunidade informando que "em nenhum momento, o CAEF não invadiu o Salão do Instituto de Florestas, desacatou ou furtou o material da Comissão Eleitoral, muito menos ateou fogo nas urnas".

De acordo com nota divulgada pelo SINTUR, DCE e CAEF, a manifestação no IF visava reavaliar a decisão tomada no Conselho Departamental. Eles, na presença do Reitor da UFRRJ e do Decano de Assuntos Financeiros desta universidade, também encaminharam ao Diretor do IF e Presidente do Conselho Departamental, Prof. Ricardo Pereira, a proposta de convocar uma nova reunião do Conselho, em caráter extraordinário, a fim de reavaliar o processo eleitoral para o Instituto.

Em "nota de esclarecimento à comunidade universitária", Prof. Ricardo Pereira afirmou que a convocação de um Conselho Departamental Extraordinário era impossível, tendo o processo eleitoral já havido sido discutido na reunião de 1º de abril de 2005 do Conselho Departamental e feito o Comunicado na 208ª Reunião do Conselho Universitário, realizado em 29 de abril de 2005.

De acordo com a nota divulgada pelo Diretor do IF, o processo eleitoral "transcorreu com o registro de chapas e realizações de debates. Considerei esta proposta completamente extemporânea considerando estarmos em pleno processo de votação e com a aprovação por unanimidade de todo o processo através de nosso Conselho Departamental, onde participaram docentes e discentes".

No último dia 10 de junho de 2005, no momento em que ocorria a reunião do Conselho Universitário (CONSU), SINTUR e DCE realizaram uma manifestação no Prédio Principal da UFRRJ, em defesa de eleições paritárias. Eles colocaram um caixão (vide foto) na entrada do P1 e afixaram cartazes contra a não-paridade. O convite para este ato foi distribuído por representantes das entidades no dia anterior, em todo Campus da universidade.

Neste mesmo dia, durante a reunião do CONSU, o Prof. Ricardo Pereira retirou sua proposta de discutir o processo eleitoral do IF, já que este assunto não constava do ponto de pauta daquele dia. Isso não impede, contudo, que o



tema controverso venha a ser discutido na próxima reunião do Conselho Universitário.

O Centro Acadêmico de Engenharia Florestal divulgou outro comunicado a comunidade, pelo qual afirmou que "devido a uma falha de comunicação no Conselho Departamental, interpretou-se que os representantes dos estudantes eram a favor deste modelo de eleição".

A ADUR-RJ expressou sua posição por meio da nota divulgada no dia 3 de junho:

POSIÇÃO DA DIRETORIA DA ADUR A RESPEITO DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO IF:

- "A Diretoria reafirma a posição histórica da entidade, pela democratização na escolha dos dirigentes universitários e pela consulta à comunidade, através do voto paritário;
- A adoção desta consulta foi uma conquista que incluiu o seu reconhecimento pelos Colegiados Superiores, responsáveis pela indicação destes dirigentes à Reitoria (nos casos dos Diretores) ao MEC. Assim, o respeito às decisões destes colegiados garante também a integridade de todo o processo;
- Ao longo da história desta conquista, nos momentos em que os Colegiados se negaram a este reconhecimento, a comunidade buscou, pelo convencimento, pelo debate e pela argumentação política fazer ver aos seus respectivos membros o acerto e o significado destes avanços;
- Esta questão nunca foi resolvida satisfatoriamente pela coerção, nem da lei nem de ações que firmam a integridade do processo. Algum movimento neste sentido agora só aumenta o esgarçamento para a comunidade e administradores envolvidos;
- Por outro lado, os membros destes colégios quase sempre mantiveram o diálogo aberto, respeitaram a comunidade, seus representantes e sua dinâmica. Esta Diretoria espera que mais uma vez esta sensibilidade prevaleça e que todos trabalhem no sentido de buscar uma solução através da boa política, sem exclusões e considerando toda a nossa diversidade de pensamento".

Impasse: seguir as determinações da Lei ou considerar a conquista histórica da comunidade?

O Instituto de Florestas (IF) não está sozinho na opção pelo voto não-paritário. Em reunião do Conselho Departamental, o Instituto de Biologia (IB) também aprovou o sistema proporcional que garante o peso de 70% ao voto dos professores. Segundo o Diretor do IB, Prof. Marcos Antônio José dos Santos, a discussão sobre a adequação do processo eleitoral à legislação vigente começou a ocorrer há um ano, aproximadamente, como solicitação de professores.

Em entrevista ao ADUR Informa, Prof. Marcos Antonio dos Santos afirmou que houve uma proposta dos Conselheiros para que nesta eleição o IB se adequasse à Lei - o que foi aprovado, unanimemente, pelo Conselho Departamental - órgão máximo do Instituto.

"Nessa época, houve uma proposição do Conselho para que fizessemos uma Comissão para a adequação da Lei no Instituto - o que foi feito. Alguém fez a proposta de 70, 15 e 15. Pelo histórico do IB a favor da paridade, essa proposta descontentou estudantes e técnico-administrativos. Alguns conselheiros, contudo, foram unânimes: a lei está aí, temos que cumpri-la. Estudantes e técnicos se mobilizaram e solicitaram uma nova reunião do Conselho Departamental. Atendemos a solicitação, e discutimos o processo eleitoral com os representantes do DCE e SINTUR. Nessa reunião, houve duas propostas: a primeira, de que a eleição seria paritária com 2/3 e 1/3 - sendo 1/3 de técnicos e 1/3 de professores em uma única urna, e 1/3 para estudantes em outra. A segunda proposta seria 1/3 para cada segmento. Então, decidiu-se que o diretor fizesse uma consulta a cada um desses três segmentos, para que a proposta deles fosse apreciada e votada no Conselho Departamental. No dia 10 de junho, em reunião do Conselho, alunos e técnicos defenderam 1/3 para cada segmento. Os professores defenderam a primeira proposta, que foi a vencedora", diz.

Prof. Marcos Antônio dos Santos afirma que o SINTUR optou por não participar da Comissão Eleitoral, não enviando representantes. O diretor do IB ainda espera uma resposta dos estudantes, que ficaram de deliberar em reunião se participarão ou não da Comissão Eleitoral.

"Não sei se os alunos vão participar ou não. Caso não aceitem tomar parte, a minha dúvida é saber se posso montar uma Comissão Eleitoral com apenas um segmento. Estamos num impasse. Pretendo evitar que o que aconteceu no IF se repita aqui no IB. Esta é a minha preocupação, pois não podemos ter esse tipo de atitude. Ao mesmo tempo, também não posso postergar as eleições. Aguardo a decisão dos alunos para tomar providências da melhor forma possível, sem afetar a nossa tranquilidade, sem afetar as pessoas. Tenho que zelar por isso", afirma o diretor do IB.

As eleições para o Instituto de Biologia estavam previstas, de acordo com o Prof. Marcos Antonio José dos Santos, para a primeira semana de junho. Como o mandato dele expira em 5 de setembro e a documentação precisa ser entregue com dois meses de antecedência, o diretor tem pouco tempo para convocar as eleições.

ENTREVISTA COM O REITOR DA UFRRJ: PROF. RICARDO MOTTA MIRANDA

À frente da chapa "Um Novo Tempo", eleita em dezembro passado para assumir a administração da UFRRJ, o professor Ricardo Motta Miranda é o atual Reitor da universidade. Engenheiro agrônomo pela UFRRJ, ele também é mestre e doutor em horticultura pela Universidade de Michigan, e pós-doutor em propagação "in vitro", pela Universidade de Maryland - ambas nos Estados Unidos.



Ricardo Motta Miranda está na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro há mais de 30 anos, já que cursou a Escola Agrícola quando tinha 16 anos. No início da década de 1980, ele foi diretor da ADUR-RJ. Atualmente, também é professor do Departamento de Fitotecnia e coordena o Laboratório de Cultura de Tecidos Vegetais.

Em entrevista ao ADUR Informa - concedida em maio passado - o Reitor reafirmou as propostas que a chapa *Um Novo Tempo* defendeu durante a campanha eleitoral e contou quais são as dificuldades que a nova administração tem encontrado nestes primeiros meses de mandato.

AI: Como surgiu o desejo de candidatar-se à Reitoria e quais as principais motivações para fazê-lo?

Reitor: A origem da candidatura aconteceu em 2004, antes mesmo que eu pudesse imaginar ser candidato. Um grupo de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes organizou reuniões para avaliar as atuais condições da universidade e produzir uma análise crítica. A idéia era a de que, a partir dessa análise, pudéssemos lançar uma candidatura que refletisse uma proposta de gestão para a universidade, atendendo às diretrizes definidas por esse grupo. A equipe começou a reunir-se semanalmente em janeiro, mas eu não participei dos encontros iniciais. Essas reuniões foram mantidas durante o ano de 2004, até o final da candidatura, sob a coordenação do professor Waldomiro Neves Lima - hoje nosso Coordenador de Planejamento. Comecei a participar desses encontros, mais regularmente, a partir de março de 2004, quando lançamos um primeiro documento, que apontava diretrizes acadêmicas para a Universidade Rural. Esse documento destacava o perfil do grupo, em termos de idéias e comportamento político institucional. Essa equipe foi crescendo e conquistou um número cada vez maior de adeptos. Contudo, em março, ainda não tínhamos uma estratégia clara para lançarmos nossa candidatura à Reitoria. Foi quando, então, propus uma estratégia e lancei um calendário que nos orientasse acerca da elaboração de propostas para a nossa candidatura. Criamos uma seqüência de eventos, entre eles um Seminário organizado por uma comissão, da qual eu, Nidia Majerowicz, Ana Dantas e Teresinha Sena Paciello fazíamos parte. Um documento foi distribuído à comunidade no dia do seminário, em que pessoas que participaram da administração ao longo desses 20 anos e se identificavam com o pensamento do nosso grupo também participaram. Os convidados fizeram intervenções, colocações e, a partir desse seminário, conseguimos revigorar o processo de debates. A partir disso, dentro do grupo, realizamos estratégias para deliberações, a partir de convenções. Houve uma convenção para a indicação de nomes para a candidatura de Reitor e Vice-Reitor, quando meu nome e o da Profa. Ana Dantas foram indicados. Depois, houve outra convenção para a indicação do nome dos decanos. Assim, a chapa *Um Novo Tempo* foi formada. Como tínhamos um compromisso claro em relação ao documento "Novas Diretrizes", optamos por fechar a chapa e, depois, nosso programa, já que este documento nos serviu como base. Nosso programa foi concluído às vésperas do prazo da inscrição das chapas, coordenado pela Comissão Eleitoral. Então, tornei-me candidato como consequência de um trabalho político que juntou grande representação dos três segmentos da comunidade a partir de um debate, que me indicou, assim como também a Vice-Reitoria e os seis decanos.

AI: A chapa *Um Novo Tempo* se consolidou de uma forma muito específica.

Reitor: Nosso grupo sempre se identificou com as propostas apresentadas no documento "Novas Diretrizes", que deu origem à nossa proposta para a chapa *Um Novo Tempo*. Nossa candidatura surgiu por meio de um processo democrático, o que foi bastante interessante, porque a disputa estimulou a participação da comunidade. Ao longo da nossa candidatura, acho que mais de 200 pessoas participaram das discussões. Nossa campanha, então, foi a continuidade de um processo coletivo de construção da candidatura do grupo. Depois da campanha, construiu-se uma administração coletiva.

AI: Mesmo durante as eleições, a Um Novo Tempo foi identificada como uma chapa que apresentava possibilidades concretas de mudança, tanto que no segundo turno, recebeu uma votação bem expressiva em relação aos segmentos discente e docente.

Reitor: Daí vem a origem do nome da chapa. Resgatávamos as experiências anteriores e estabelecíamos, a partir desse documento "Novas Diretrizes", novos parâmetros de gestão para o nosso programa. Nossa primeira consideração, a partir das eleições, foi a de que o nosso programa foi aprovado pela comunidade por meio do voto.

AI: Quais dessas mudanças já começaram a ser implementadas e já podem ser sentidas pela comunidade da UFRRJ?

Reitor: Há questões que são conceituais e não há que se fazer crítica ao comportamento individual de cada um. Nossa gestão é participativa e interativa. Temos esse compromisso e estamos colocando isso em prática. Somos pelo trabalho e não endossamos o princípio do "não-trabalho", ou seja, o descompromisso com a realização de tarefas, com o desempenho de suas funções. Sempre observamos, no dia-a-dia da universidade, que se criou um hábito, nos últimos dois mandatos, de terceirização do trabalho. Sem tecer críticas à administração anterior, encontramos em nossa folha de pagamento um grande gasto com a contratação de serviços de terceiros – seja pessoa física ou jurídica. Isso é uma questão que não é só da Rural, mas que abrange o serviço público como um todo. Entendemos que havia um desequilíbrio muito grande nesse quesito. Não se investia na infra-estrutura e nas condições de trabalho e as pessoas, conseqüentemente, não se sentiam motivadas a trabalhar. Quem trabalhava era o terceirizado. Eles realizavam o trabalho que um funcionário nosso poderia realizar. Essa força de trabalho terceirizada trouxe, em cascata, uma desmobilização da nossa força de trabalho, sobretudo no que diz respeito ao suporte de apoio da universidade. Isso não se restringe aos técnico-administrativos, mas atinge, também, de maneira diferenciada, o corpo docente. No caso do segmento docente, temos a questão do professor substituto ou do voluntário, que não se reflete da mesma forma, como no caso da terceirização de técnico-administrativos, mas que também começou a criar situações alternativas à atividade docente. Sabemos que medidas implementadas pelo governo também contribuíram muito para isso, como a instituição da GED – Gratificação de Estímulo à Docência – quando as pessoas se viram obrigadas a apresentar produção científica, reduzindo a disponibilidade para o ensino. Esta situação é nefasta para o ensino e para o funcionalismo público. Já na campanha e também na transição, apresentamos um conjunto de princípios a serem seguidos pela comunidade universitária, justamente para combater essa cultura do "não-trabalho". Tentamos valorizar e reconhecer o trabalho dos funcionários – técnicos ou docentes – na universidade. Combatemos a terceirização e reativamos setores que estavam paralisados. Por exemplo, hoje investimos no pessoal, em nossas oficinas, ferramentas e peças, e não mais contratamos serviços terceirizados para dar suporte à universidade. Isso já salta aos olhos das pessoas que estão acompanhando nossa gestão. Um técnico-administrativo fez um depoimento muito interessante, pelo qual agradecia à nova administração por ter o orgulho de chegar a casa, novamente, sujo de graxa. Fazia anos que isso não acontecia com ele. Temos consciência absoluta de que é da natureza do ser humano sentir-se útil e merecedor daquilo que ele recebe, ainda mais no serviço público. Isso depende, é claro, da disposição da comunidade, assim como também da interação com a administração da universidade. Atualmente, estamos fazendo a consulta eleitoral para indicação de nomes de servidores técnico-administrativos nos diversos setores da Rural. Nós, da administração superior, fizemos as normas dessa consulta eleitoral, e não abrimos mão de preservar as prioridades que foram definidas pela comunidade universitária. Achamos que essas candidaturas devem ser homologadas por nós, já que queremos identificar as pessoas que compartilham das nossas propostas, aprovadas pela comunidade universitária por meio do voto. Isso não significa, contudo, que essas pessoas sejam correligionárias ou eleitoras nossas. Temos várias chapas candidatas que, no processo eleitoral para escolha da Reitoria, apoiaram outras candidaturas. Inclusive, estimulamos isso. O que não apoiaremos são candidaturas que não estejam afinadas com a comunidade universitária.

AI: Sabemos que vocês, como novos administradores, ainda estão no início do mandato. Contudo, já é possível fazer uma avaliação desses primeiros meses de trabalho? Quais têm sido as principais dificuldades encontradas pela nova Reitoria?

Reitor: O problema maior versa sobre as questões de estratégia e gestão. Estimulamos o trabalho e a união da comunidade com a administração superior. Temos clareza de que combater a cultura do "não-trabalho" e da terceirização é o caminho para nos organizarmos nesses primeiros meses. Nossa maior dificuldade é dar conta de algumas questões culturais. Quando a administração passada foi encerrada, pessoas, equipamentos, materiais de consumo e afins foram remanejados. Houve também um esvaziamento de pessoal em determinados setores. Essa é uma cultura equivocada, implantada na Rural nas duas últimas gestões. Com todo respeito à administração passada, entendemos que esta prática que desestruturou os setores é um equívoco. Como não concordamos com isso, fazemos o possível para não desestruturar os diversos setores da universidade para compor a nossa equipe. Várias pessoas, que estavam lotadas na Reitoria – algumas das quais nem faziam parte da estrutura administrativa – com a

sucessão, pediram para ir para outros setores, e assim o fizeram, com a concordância da gestão anterior. Até entendo que um caso ou outro aconteça, mas quando há uma estrutura organizada, e você a desestruturou no final do mandato, gera uma dificuldade muito grande para os novos administradores. Até o momento, não temos uma secretária para o Reitor e a Vice-Reitora. Mesmo os decanatos foram recompostos com o cuidado de "não descobrirmos um santo para cobrir o outro". Acho que nunca houve uma Reitoria tão enxuta, como temos hoje. Não tivemos a chance de conversar com as pessoas quando assumimos. É preciso entender que mudança de administração não significa mudança na rotina da Reitoria. A Profa. Nidia Majerowicz, no Decanato de Graduação, está fazendo um esforço fantástico para colocar tudo em ordem, reorganizando as estruturas. Paralelamente a isso, fatos novos estão acontecendo. Estamos criando uma unidade universitária em Nova Iguaçu, que vai ter quadro docente e técnico-administrativo, recursos para construção e equipamentos próprios, independente da sede. Esse é um encaminhamento feito pelo MEC. Para tanto, existe uma comissão que está trabalhando na estruturação dessa proposta, pois já temos vagas específicas alocadas para essa expansão. Paralelo a isso, cursos das interiorizações – como em Quatis e Três Rios – estão com dificuldades muito grandes e com dúvidas se vão continuar ou não realizando vestibulares. Estas são questões que fazem parte do cenário que temos que enfrentar no dia-a-dia. Determinadas interiorizações já foram iniciadas com uma fragilidade muito grande. No caso de Nova Iguaçu, já temos projetos com vagas garantidas, com recursos do MEC e condições de trabalho. Já em Três Rios e Quatis, os acertos foram feitos a partir de convênios com prefeituras e fundações, o que é muito instável e não dá garantias de continuidade. Nas interiorizações, professores da sede ganham uma bolsa para trabalhar. Em Nova Iguaçu, não deslocaremos professores da sede, a não ser, inicialmente, até a consolidação da expansão. A partir do segundo semestre de 2005, a idéia é contratar professores especialmente para lá. Contudo, em Quatis e Três Rios, dependemos de recursos de repasse dos respectivos governos. Em Quatis, há um atraso de seis meses no repasse das bolsas. No caso de Três Rios, faltam itens que faziam parte do convênio, tais como: auxílio para combustível, para alimentação e hospedagem, já que os cursos são noturnos. Na nova proposta do governo, o conceito de "pool", ou de consórcio, passa a ser modificado para o conceito de pólo, ou seja, uma universidade de referência será a responsável por determinado local. Para a Rural, ficou determinada a região de Nova Iguaçu, e para Universidade Federal Fluminense (UFF), o município de Volta Redonda. Então, há toda uma transição a ser feita, por exemplo, do curso de Economia da UFF, que funciona em Nova Iguaçu, e, ao longo do tempo, em comum acordo entre as duas instituições, pode ser convertido em um curso da Rural. Do mesmo modo, em Volta Redonda, repassaremos a responsabilidade do curso de Administração, que é da Rural, para a UFF.

AI: Um dos principais pontos defendidos durante a campanha eleitoral foi a gestão participativa. Como pretendem efetivá-la?

Reitor: Este é um conceito que se manifesta no dia-a-dia. Todos os fóruns de questões estruturais da universidade serão criados para atender a esse preceito. A nossa administração – cerca de 15 pessoas – se reúne todas as quintas-feiras, depois do expediente, para discutir os encaminhamentos da semana. Sabemos que temos que tomar decisões de acordo com os prazos, mas estamos comprometidos com as nossas diretrizes de campanha. Para isso, criamos um quarto Conselho Superior, que é o Conselho Administrativo, que tem um assessor. Os candidatos técnico-administrativos, que se candidataram a diversos setores da universidade, têm que participar desse fórum. É uma diferença bem significativa ter um dirigente que faça sua gestão dentro de um conselho, que interaja com todos os outros dirigentes de diferentes setores da universidade. Acredito que os candidatos devem ter essa percepção, pois cada um de nós, na realidade, tem atitudes que refletem, de alguma forma, na universidade como um todo.

AI: Que relação pretende estabelecer com ADUR, SINTUR e DCE?

Reitor: As pessoas que compõem a atual administração têm uma história pessoal muito ligada com suas entidades, ou com as reivindicações políticas das suas categorias. Todos participam diretamente dessas discussões, fomos ou somos militantes e nos envolvemos com a vida política universitária. Em 10 de maio, completamos dois meses de mandato e ainda temos muitas coisas a fazer para buscarmos as interações com as entidades. No nosso dia-a-dia, ainda estamos ajustando-nos para tentar, com mais fôlego, abraçar essas discussões. Contudo, há algumas urgências, como a organização de concursos para contratação de professores para a sede e para a expansão em Nova Iguaçu. Temos uma dinâmica para estabelecer a prioridade dessas vagas, que estão sendo atropeladas pelos prazos. Realizamos um fórum de coordenadores e uma reunião com chefes de departamento para discutir essa questão. Ela prevê uma integração maior com a comunidade. Mas tínhamos 10 de maio como data limite. Deliberamos pela convocação do CEPE, para definirmos uma estratégia para distribuição dessas vagas. No caso das vagas de substituição, nós cumprimos nossa estratégia de abrir o debate, e estamos até atrasando um pouco nossas resoluções. Nossa proposta para o MEC, para estabelecer os cursos em Nova Iguaçu, é realizar uma pesquisa para sabermos quais são os cursos que serão abertos, pois queremos partir de uma discussão, de uma participação da comunidade.

AI: Recentemente, o MEC autorizou a contratação de 2.365 professores por concurso público. Das 238 vagas destinadas ao Rio de Janeiro, couberam 24 novas vagas à UFRRJ, segundo a grande imprensa. As

vagas desse curso em Nova Iguaçu serão contempladas a partir dessas que foram determinadas pelo MEC? Já existe uma definição, por parte da administração da universidade, de que departamentos farão jus a essas vagas e de quando serão abertos os concursos para tal?

Reitor: Não. Essas 24 vagas são para a sede. Para a expansão da Rural em Nova Iguaçu, ganhamos 35 novas vagas, podendo, em três ou quatro anos, chegarem a 100 ou 120. Em acordo com o MEC, faremos, para abertura dos cursos em Nova Iguaçu, uma pesquisa de opinião, não só com o público alvo, os vestibulandos, mas também contemplando o mercado de trabalho. Um possível eixo forte para abertura de cursos está na área de ciências humanas e exatas. Nosso cronograma está apertado, pois estamos discutindo novos critérios para definir a distribuição dessas vagas e publicar os editais dos concursos. As coisas estão sendo colocadas em debate, mas, muito rapidamente, porque trabalhamos numa proposta para que os recursos do MEC sejam repassados para a Rural, para que implementemos a construção do nosso anteprojeto. Estamos nos ajustando a partir dos prazos. No caso das vagas para a sede, este fórum, que mencionei sobre a distribuição de vagas, nunca existira até então. Os coordenadores nunca opinaram sobre o assunto, mas são eles que conhecem as principais demandas. O Professor Waldomiro Lima, nosso coordenador de planejamento, apresentou um trabalho, com o qual se percebe a variação da história de cada departamento da Rural. A ideia é, a partir desse trabalho, ver a necessidade de cada um deles. Temos que considerar a realidade da universidade, a criação de cursos novos, a relação do número de matrículas, etc. Para isso, usamos como referência o ano de 1997, quando a GED foi implementada, e, conseqüentemente, causou uma mudança drástica na relação ensino-pesquisa. Posteriormente, vieram os professores substitutos, como tentativa de correção para essas deficiências no quadro de pessoal das universidades.

AI: Sabemos que a contratação de professores substitutos é uma das formas precarizadas de trabalho docente, já que sua passagem pela universidade é efêmera e muito mal remunerada. Existem departamentos na Rural, inclusive, que têm mais professores substitutos do que os efetivos. Como a Reitoria consegue manter o equilíbrio, para suprir uma necessidade imediata de professores e ao mesmo tempo, combater isso?

Reitor: Você tocou no cerne da questão, pois temos que considerar os dois lados da moeda. Consideramos importante o respeito e a valorização do trabalho docente. No caso dos professores substitutos, a precarização do trabalho se reflete nos salários baixos. Temos, porém, o outro lado da balança, que também precisa ser levado em consideração. Como a universidade pública está carente de professores, se não houver os substitutos, corremos o risco de não iniciar um semestre, de não termos professores para determinadas disciplinas e represarmos a conclusão dos cursos. Isso seria o prenúncio do caos. Mesmo conscientes de que a contratação de professores substitutos por um regime de 20 horas é uma desvalorização do trabalho, sobretudo porque os contratos são precários e temporários, não podemos ignorar que precisamos desses professores e que necessitamos atender à demanda das disciplinas dos diferentes cursos, para manter nosso compromisso com a sociedade. Esta é uma questão controversa, que tem sido muito debatida pela atual administração. Como ficamos de fiel da balança? Como sei das despesas e vivo o dia-a-dia da Instituição, tenho que ter muita tranquilidade para levar em consideração esses dois lados da moeda: o respeito ao trabalho e o compromisso social. Quais são os limites da administração para resolver esse problema? Se o professor substituto, contratado para o período de 20 horas de trabalho ganha X, e o docente de 40 horas ganha 2X, então, o mesmo recurso vai ser utilizado para ambos. Se todos os professores substitutos fossem contratados em um regime de 40 horas de trabalho, gastaríamos o mesmo dinheiro com metade do número de pessoas. É preciso, também, considerar que no caso de um profissional contratado em regime de 20 horas está preconizado que ele ministrará 12 horas/aula, enquanto o profissional de 40 horas ministrará, na verdade, 16 horas/aula. Você paga o mesmo valor a dois profissionais de 20 horas em relação a um de 40 horas. Então, vejamos: dois professores substitutos, que ministram 12 horas/aula, rendem 24 horas de aula na universidade. Já um professor contratado por 40 horas rende, na verdade, 16 horas/aula. Então, se fizermos as contas, veremos que 24 horas menos 16 horas/aula apresenta uma defasagem de 8 horas de possibilidade de aula. É preciso considerarmos, ainda, que as universidades cresceram. Mas quando os professores saem da universidade, como fazemos? Enfrentamos uma questão que não é só numérica, mas também de orçamento. O pagamento do professor substituto está ligado à disponibilidade orçamentária. Não posso, contudo, trocar todos os substitutos de 20 horas para 40 horas – o que seria o ideal – porque tenho a responsabilidade com o orçamento. Sabemos, ainda, que, muitas vezes, o salário do professor substituto é o menor deles, dentro do quadro de pessoal da universidade.

AI: O que pretendem fazer para reverter essa situação, já que a situação do professor substituto traz em seu bojo o dismantelamento da universidade pública?

Reitor: Vivemos uma situação, onde o governo está criando novas unidades universitárias, num momento em que todas as universidades estão defasadas em todos os aspectos de funcionamento. Mas como estamos expandindo se não estamos dando conta do que estamos fazendo? Em tese, é correta essa avaliação. É preciso estar com a minha unidade funcionando perfeitamente para depois

expandir. O MEC colocou essa questão da expansão para a Rural como política de governo, como uma escolha feita por eles. Não aceitar isso significava abrir mão da responsabilidade de ser a universidade da baixada fluminense. Nós, da administração, entendemos que não temos esse direito. A Rural é a referência de universidade pública para a baixada. A nossa crítica à interiorização estava sendo superada com a proposta do MEC em investir na contratação de pessoal, na aplicação de recursos. Face a isso, nossa maior preocupação é fazer com que essa situação seja questionada junto ao MEC. Tenho feito isso. Estamos participando da vida política desses organismos. Participamos do Pleno Nacional da ANDIFES, quando acontecerem eleições. Apoiamos uma candidatura única, que se comprometa com nossas bandeiras de valorização da universidade pública. A posição da ANDIFES tem dado respaldo à questão do orçamento, da autonomia da universidade. E é isso. É luta, muita luta.

AI: Durante a festa da posse, o representante do MEC, Prof. William Campos, disse estar aberto ao diálogo com a administração da Rural no que se refere à reforma universitária, principalmente. Ele disse também que esperava que a nova Reitoria não abrisse mão dos seus ideais, mas que ponderasse a possibilidade de diálogo. Sabemos que a "Um Novo Tempo" foi eleita também por ser uma das chapas que, na ocasião, defendeu a universidade pública e criticou, com coerência, o projeto de reforma universitária do governo. Sendo assim, duas perguntas: Vocês acreditam no diálogo com o MEC? Quais são as medidas efetivas que a Reitoria pretende adotar para contribuir com o processo de frear a reforma universitária?

Reitor: No dia 18 de maio, houve um debate com a participação do Prof. Roberto Leher (UFRJ), para discutir a reforma universitária. Conheço bem a posição dele, e as minhas ideias são parecidas com as dele. No meu discurso de posse, fiz uma menção clara à posição da ANDIFES, que tem um documento inicial para a qual há três princípios essenciais para uma reforma. Todos os princípios da ANDIFES podem ser sintetizados num único pensamento: o interesse público para o dinheiro público. A educação pública tem que ser um destino do recurso público na educação brasileira. Qualquer outro desvio em relação a isso é uma impropriedade. Quem se preocupa com o ensino público sabe que a educação de qualidade é fruto de investimentos públicos. Há uma questão óbvia, pois as pessoas com a faixa etária de 40 ou 50 anos sabem que o ensino público, como um todo, desde a escola primária, era o melhor deles. As exceções eram as escolas particulares. Quando houve a ditadura, e o governo tomou uma série de providências para controlar a opinião nacional, houve a desarticulação da escola pública, primeiramente, com o ensino fundamental. O dever do Estado com a qualidade do ensino tem que ser uma obrigação, porque garante a cidadania e o exercício de opinião. E a escola de nível superior pública foi a única que conseguiu garantir a qualidade de ensino. É difícil acabar com a escola pública de nível superior, porque temos alternativas de captação de recursos e alternativas de renda, porque os professores que efetivamente exercem ensino, pesquisa e extensão têm acesso às bolsas de pesquisa e acesso à capacitação. Os projetos de pesquisa, via órgãos de fomento, conseguem manter a estrutura funcionando, por mais que os recursos públicos sejam inferiores às necessidades. Pelos resultados do ENADE e de avaliações recentemente divulgadas, vemos que as universidades públicas continuam sendo aquelas que apresentam melhores desempenhos, cujos egressos têm melhores performances em concursos para emprego, no mercado de trabalho, ou acesso às vagas da pós-graduação. Na reforma, não tem como não lutar para essa prioridade: dinheiro público para o ensino público. Os encaminhamentos que fujam a este princípio devem ser combatidos e questionados. O próprio governo federal criou mecanismos para ampliar o acesso à educação superior pública e privada. Hoje temos educação a distância, temos a possibilidade de cursos mais curtos – os tecnológicos –, que são criticados, mas que são alternativas para se viabilizar o acesso.

AI: Durante o debate sobre a reforma universitária, os palestrantes alertaram que iniciativas como o PROUNI, a educação a distância, os cursos sequenciais e mesmo os sistemas de avaliação (ENADE, SINAES), assim como o sistema de cotas, são mecanismos criados pelo governo para promover essa reforma do ensino superior. Como o senhor entende essa afirmativa e como a Rural pode contribuir para frear a reforma universitária?

Reitor: Neste momento, cada instituição pública deve dar pelo menos duas contribuições para esse debate. A primeira, no caso das federais, é cuidarmos de nossa organização. A ANDIFES é nosso referencial de organização, enquanto gestão das universidades federais. Hoje, o meu papel mais importante é respeitar a nossa instituição e defender os interesses da comunidade, com relação à reforma universitária, dentro da ANDIFES. A segunda contribuição das IFES é estimular o debate a partir de visões diferentes. No caso do debate sobre a reforma universitária, convidamos o representante do MEC, e foi uma pena que ele não tenha comparecido. Contudo, não podemos nos iludir. É óbvio que as propostas da reforma já estão aí. Quando piscamos os olhos, somos convidados pelo governo para participar de uma reunião para discutir medidas e detalhamentos ligados ao SINAES, à educação a distância, etc. Você tem que dar retorno, porque existe uma coordenação, os professores ficam estimulados porque podem receber mais para fazer o texto; outra recebe mais para ser coordenadora, e aquilo cria um ambiente de envolvimento na universidade, que você não tem mais controle. Sabemos que a reforma não está implementada, mas que está em pleno andamento. As iniciativas nos Estados vão se revelando cada vez mais eficientes e

viram modelos. Aqui no Rio de Janeiro, isso está acontecendo com o CEDERJ. Uma Universidade do Pará e outras mais querem usar, inclusive, o material didático produzido pelo CEDERJ. Como dirigente, você acaba envolvendo-se. Não vamos iludir-nos. Como está a reforma universitária? O governo fez uma proposta, e houve contra propostas. Mas, na prática, a maior parte das propostas da reforma universitária já está aí, como fato consumado. As instituições estão no olho do furacão, porque a reforma já está sendo viabilizada há bastante tempo, alguns casos homeopaticamente, outros alopaticamente. Sobre a questão das cotas, cada universidade está dando o seu ritmo ao tema. Aqui na Rural, não entramos no processo de discussão formal, institucional sobre as cotas, com os Conselhos, etc. Pelo menos, não no nosso mandato. Temos acompanhado o debate nacional e as questões institucionais que estão acontecendo no País. Opiniões totalmente contrárias são raras de encontrar, mas há variações sobre o tema. Também existem as interpretações de que cotas podem avançar ou retroceder nessa discussão. Estas são questões que ainda vamos debater.

AI: Além dessa questão, a UFRJ apresenta outros problemas com a questão da segurança do Campus. Recentemente, o ADUR Informa publicou uma notícia sobre um Encontro de Dirigentes de Segurança das IFES, realizado na Rural, que deliberou, inclusive sobre o porte de armas. O que a Reitoria pensa sobre o assunto e como é possível intensificar a segurança da comunidade universitária?

Reitor: Estamos há dois meses do início do nosso mandato. Há pouco tempo, houve um assalto de um caminhão-baú, que trazia 30 computadores novos, em caixas, embalados.

AI: Esses computadores estavam para quais departamentos?

Reitor: Não sei. Eles foram adquiridos pela administração anterior e foram distribuídos a partir de algum critério que eu desconheço. Mas, assim que houve a transição entre as gestões, muitos computadores e periféricos foram deslocados da Reitoria para unidades acadêmicas pontuais. Um dos decanos da administração anterior levou dois ou três computadores para o seu instituto. Evitamos tomar uma deliberação geral, para pedir todos os computadores e materiais de volta, porque estávamos na expectativa de que as pessoas tomassem alguma iniciativa, viessem negociar, conversar conosco. Mas a reação que vejo é de que isso sempre foi assim. Não sei se isso aconteceu por conta dos computadores terem sido roubados. Nós, da administração superior, tomaremos uma providência sobre isso. A minha posição pessoal é a de que peguemos essas máquinas de volta. Trouxe o meu computador de projeto, do meu departamento, para uso aqui na Reitoria. Tive que ceder o computador da Reitoria porque há setores que estão funcionando sem máquinas. Há, por exemplo, um setor onde estão funcionando as comissões de sindicâncias, que tem que levar o trabalho adiante. O orçamento da universidade é de R\$300mil por ano para compra de equipamento, de material permanente. Não posso comprometer esse orçamento para comprar material que a administração já tinha. Os setores universitários são institucionais e não pessoais. Não importa se hoje está o Ricardo, o Joaquim, o Fulano. Até mesmo os equipamentos comprados com dinheiro de projetos devem permanecer na universidade. Vimos cada coisa tão absurda, que decidimos esperar, ponderar, para tomar uma atitude. Tento exercer o meu mandato de forma parcimoniosa para não fugir ao compromisso que tenho com a comunidade, mas há alguns momentos em que o poder institucional do Reitor tem que ser utilizado.

AI: Sim, mas como fica a questão da segurança, do porte de armas?

Reitor: Exercendo a segurança patrimonial, temos 65 vigilantes. Faço um cálculo simples. A cada momento, cerca de 10% dos funcionários não estão disponíveis, porque estão de licença, de férias, ou qualquer coisa assim. Pensemos, em aproximadamente, 60 pessoas. Dividamos por quatro turnos: temos cerca de 15 vigilantes trabalhando por turno. Isso pode variar: ora 13, às vezes 17. Esse número é rigorosamente inferior ao mínimo necessários para fazermos uma vigilância responsável dos mais de três mil hectares da universidade. Temos três opções: 1) contratar mais profissionais, mas o governo não libera verba para isso; 2) optar pelo sistema misto de segurança, com funcionários do quadro e com os terceirizados, ao mesmo tempo; 3) optar por uma parceria com a Polícia Militar. E também pode haver um misto disso tudo: funcionários, terceirizados e Polícia Militar. Bom, as alternativas que vão além do nosso próprio quadro, ainda não cogitamos. Então, o que temos: uma situação pela qual não podemos ser responsáveis. Contudo, precisamos do suporte de todas as forças policiais para as investigações – como o roubo que mencionei há pouco, a fraude que aconteceu, há algum tempo, no decanato de graduação e que gerou as alterações dos conceitos de alguns alunos – e para medidas preventivas. Fizemos um almoço com a Polícia Militar para tentarmos estreitar os contatos e contar com a cobertura das forças públicas de segurança. Isso, contudo, não resolve. O que precisamos é de um trabalho político concatenado com as outras IFES, para criarmos uma situação de responsabilidade para o governo federal, para reconstituirmos os nossos quadros, investirmos em capacitação. A questão do porte de armas foi alvo de uma interpretação da lei – na administração do José Antônio Veiga. Eles entenderam que o pessoal que trabalha como vigilante, nos órgãos públicos, podem ter uma licença para o uso de arma, desde que registrada, em serviço, dentro do órgão. Esse nosso espaço, no caso da Rural, é complicado. Você pode ir de um lugar ao outro por meio da estrada, mas a estrada não pertence à Rural. A licença para uso da arma oficial e não pessoal está autorizada por esse dispositivo. Esta autorização é válida. Vamos fazer uma carteirainha, com identificação, etc.

AI: Para que estes vigilantes possam portar as armas oficiais, dentro da universidade, que tipo de critérios, avaliação, eles têm que seguir?

Reitor: Para que possamos ter um ato responsável, teremos que encaminhar muitas providências, porque daqui a pouco, terei que assinar uma carteirainha, que é uma cópia da autorização que permite o porte de arma. Cada um terá sua autorização e uma carteirainha – renovável – que terá o nome e a foto do funcionário, o número da lei e a assinatura do Reitor. Na verdade, essa iniciativa vem da administração anterior, autorizada pelo Prof. José Antônio, no final da administração dele. Quando iniciei o mandato, essa prática já havia sido instituída. É preciso que haja avaliação, capacitação, normalização do uso, verificação da legalidade do armamento, da munição utilizada. A minha grande preocupação é que a arma, quando empunhada e apontada contra alguém passa a dar margem à instabilidade. E se essa arma for disparada, atingir e matar alguém? Como fica a vítima, a família? Como fica o nosso vigilante, supondo que ele se esteja defendendo? A minha preocupação não é a legalização, o porte de armas, mas sim, com a consequência do uso. Vivemos numa região de instabilidade social, com disparidades de qualidade de vida. Somos Baixada Fluminense, sabemos que estamos à mercê de muitos riscos e que estamos no cerne disso. Isso é um grande problema, e ainda não temos uma solução final para isso.

AI: A nova diretoria do DCE promete reivindicar melhorias quanto às instalações do alojamento, ao acervo da biblioteca, e ao preço do bandejão. Eles propõem, inclusive, a redução imediata do preço de R\$1,45 para R\$1. Como a Reitoria pretende sanar essas questões?

Reitor: A administração participativa é um princípio e não um slogan. Participação não é bagunça, envolve os espaços para debate e para a tomada de decisão. Temos compromissos e responsabilidades decorrentes de atribuições legais. Algumas atribuições, exclusivas do gestor, não podem ser delegadas. Não abrimos mão, contudo, de cumprir o programa que nos eleger. Os estudantes que acompanharam nosso projeto político pediram que nos comprometêssemos com a manutenção dos preços. Um rapaz colocou essa proposta, e eu levantei a questão de que se houvesse uma variação na economia, não poderia controlar. Disse que essa proposta seria demagógica. Ninguém questiona quando a merenda, de tempo integral, é gratuita para a escola pública, ou ainda para os militares, nos quartéis. Ninguém questiona a gratuidade. Nossa proposta, então, propõe a manutenção dos preços que são cobrados hoje. Nossa proposta também passa pela produção dos gêneros que são oferecidos hoje para os alunos. Entendíamos que isso era possível. Hoje, investimos pesado na produção, mandamos frangos, suínos, verduras e legumes para o bandejão. Isso, felizmente, já está sendo feito. Temos trabalhado por melhorias para os discentes. Mobilizamos para reativar o cinema da universidade e estabelecemos parcerias com a RioFilme e a Secretaria de Cultura de Seropédica, da qual Nádia Alvarez, minha esposa, é a secretária. Articulamos-nos para promover atividades culturais, como forma de promover a interação e a confraternização entre os discentes. Pensamos em realizar exposições, em utilizar o Gustavo e o Salão Nobre para a realização de atividades culturais. Em relação aos alojamentos, organizamos um cadastramento. Reivindicamos a liberação de recursos para realizarmos reformas no alojamento, mas o sucesso dessa revitalização depende dos estudantes. Eles vivem o dia-a-dia da universidade e são aqueles que devem cuidar da manutenção do espaço, do patrimônio, e também cumprir as regras.

AI: Em seu discurso de posse, disse que a Rural deveria romper o isolamento e participar de todos os debates municipais, estaduais e nacionais. Seu lema, inclusive, seria o de "tudo ao mesmo tempo agora". Sendo assim, qual é o papel da Rural na ANDIFES?

Reitor: Esta pergunta, de certa forma, já foi respondida. A ANDIFES é uma referência entre os dirigentes do Setor das IFES, e grande parte dos seus encaminhamentos é quase unânime. Sempre existem divergências. Nós, da Rural, participamos das reuniões ativamente e também participamos das últimas eleições para a diretoria da entidade, hoje constituída pelos Prof. Oswaldo Duarte Filho – da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Paulo Speller – da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), como Reitor e Vice-Reitor, respectivamente. Estamos dialogando com a ANDIFES, mas sempre "anteados" com as demais entidades, como o ANDES-SN.



RETIFICAÇÃO DA ENTREVISTA COM A PROFA. MARIA JULIA SALIM PEREIRA, COORDENADORA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS DA UFRRJ

ADUR Informa tem adotado a prática de submeter aos entrevistados a versão final do texto, para que façam uma última revisão e as correções necessárias, antes da sua publicação. Essa iniciativa visa garantir a idoneidade das declarações, bem como preservar a credibilidade do jornal.

Tal procedimento foi adotado com a Profa. Maria Julia Salim Pereira, Coordenadora do curso de Pós-graduação em Ciências Veterinárias da UFRRJ. Contudo, durante a diagramação dos textos, os arquivos foram confundidos, publicando-se a versão anterior à correção da citada professora, no ADUR Informa nº 70, que tratou da exploração do trabalho docente e da síndrome de burnout. Falha humana. Sendo assim, pedimos desculpas à docente por qualquer transtorno causado e apresentamos a versão final da entrevista, corrigida e revisada pela Profa. Maria Julia Salim Pereira.

AI: Por favor, descreva sua trajetória profissional.

MJ: No ano em que me formei, em Medicina Veterinária, pela UFRRJ, fiz um concurso para o Ministério da Agricultura, passei e fui trabalhar no Serviço de Defesa Sanitária Animal da Delegacia de Agricultura em Mato Grosso do Sul. Após dois anos de trabalho fui liberada para cursar o Mestrado, também, na Rural. Ao regressar para o MS fui transferida ex-ofício para o Ministério da Agricultura em Brasília. Fiquei pouco tempo por lá, me casei e pedi transferência para Minas Gerais, onde trabalhei no escritório Regional da Delegacia Federal de Agricultura em Minas Gerais, na cidade de Viçosa. Em 1989 voltei para o Rio de Janeiro e trabalhei no Posto de Vigilância Epidemiológica da Delegacia Federal de Agricultura no Rio de Janeiro, no então distrito de Seropédica. Em 1990 fiz concurso para professor auxiliar da área de Parasitologia, naquela ocasião pertencente ao Departamento de Biologia Animal. Ingressei no quadro de docentes da UFRRJ em abril de 1993, depois de dez anos de Ministério da Agricultura. Em 1995 fui liberada para cursar o doutorado na Escola de Veterinária da UFMG. Hoje sou Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, atualmente com 90 anos e 30 docentes. Mas continuo executando todas as demais atividades docentes, na graduação e na Pós-graduação.

AI: Como tem sido sua rotina de trabalho? Quantas horas de trabalho por dia?

MJ: Há dias, em que trabalho além das 12 horas, na instituição. Acumulo o trabalho da Coordenação com as atividades docentes de qualquer professor. Embora seja liberada de boa parte da carga horária podendo me restringir às aulas na Pós-graduação, fiquei com pena de sair de duas disciplinas do Departamento de Epidemiologia e Saúde Pública, com o qual colaborei devido a falta de docentes naquele Departamento. Venho colaborando em um módulo da disciplina Higiene e Saúde Pública, na qual participo durante quatro semanas, e há também uma optativa, que ministro sozinha. Essa optativa, até que isso se resolva, vou oferecer semestre sim e semestre não. É complicado, porque além do trabalho na coordenação, há provas para corrigir, aulas para preparar e não tenho tido esse tempo. Como optamos pelo PROEX (Programa de Excelência Acadêmica da CAPES) além da responsabilidade pela parte acadêmica do curso, o coordenador é também o ordenador de despesas e com isso temos mais atividades administrativas que antes tínhamos, tais como compras, prestação de contas etc.

AI: Costuma trabalhar nos finais de semana?

MJ: Nos dias de semana, normalmente levo alguma coisa para fazer em casa, embora muitas vezes, não consigo, pois chego tarde. Mas nos finais de semana, normalmente, eu trabalho em casa. Não tenho quantificado o tempo gasto trabalhando em finais de semana, mas fico por conta de leitura de teses, de dissertações, trabalhos para escrever e revisar. Se quiser descansar, tenho que sair, pois é difícil ter os finais de semana para lazer ficando em casa.

AI: Na coordenação, você tem conseguido levar adiante suas pesquisas?

MJ: Tenho que conseguir!! Em média, aqui, temos cinco orientados. É preciso fazer controle do tempo. Em alguns momentos, é preciso aprender a dizer não e estabelecer alguns limites.

AI: O que pensa da política das agências de fomento para o incentivo à pesquisa?

MJ: Hoje, existe uma cobrança muito grande das agências de fomento pela produtividade. Isso é uma loucura! Acho que a avaliação deve existir, pois, do contrário, cada um faz o que quer e quando quer. O problema é o caráter quantitativo das avaliações. A qualidade, muitas vezes, requer um tempo maior de dedicação e reflexão e isso em muitos casos, é quase inexistente. Mas, quem são essas agências, senão os nossos pares? É isso que precisa ser discutido! Há competição por bolsas, projetos e status. Como não há dinheiro para todos, faz-se um ranqueamento, tentando-se resolver o problema. Particularmente, acho que se a Universidade tivesse amadurecido o suficiente, não haveria necessidade de existir essas agências, porque a própria universidade poderia gerir os recursos para pesquisa. Para uma universidade como um todo, o que adianta ter um curso 6 ou 7? Embora isso esteja melhorando, são muitas as dificuldades que passamos. A Pós-graduação em Ciências Veterinárias da UFRRJ, é o único Programa de pós-graduação da área de Medicina Veterinária, em todo o Brasil, com conceito 7 da CAPES. Além de nós, somente o curso de doutorado

em Ciência Animal da UFMG é sete. Mas apesar disso, passamos por todos os problemas que toda a Universidade passa em termos de infra-estrutura, e o que é pior, com maiores exigências de resultados. A contrapartida da Universidade deixa a desejar. Não temos funcionários em número suficiente para secretária. Temos apenas uma funcionária, que não tem como dar conta do volume de trabalho diário. Não contamos com mobiliário adequado às nossas necessidades etc. Os equipamentos temos adquirido em projetos de pesquisa, financiados pelas agências de fomento a pesquisa. Todas essas deficiências de infra-estrutura dificultam e aumentam nosso trabalho, pois até na hora da troca de uma lâmpada, para a qual se necessita de uma escada, que o a prefeitura tem, temos que esperar quatro meses para sermos atendidos. Precisamos da boa ação das pessoas, que decidiram que vão fazer e estão fazendo. Com frequência são os funcionários que tem outras funções tais como laboratoristas, técnicos de laboratório, que nos tem ajudado em tarefas que vão desde serviços gerais até motorista. Isso tudo porque não entendemos universidade sem pesquisa. Pode ser que essas condições melhorem, com a nova Reitoria. É preciso ter muita determinação para levar adiante um trabalho na universidade. Não são somente as políticas das agências que agem como fatores estressantes.

AI: Qual a média de artigos que têm que ser publicados anualmente?

MJ: Em média, dois trabalhos por ano, por docente, em revistas qualificadas pela CAPES. Para manter o curso com nota 7, há que se publicar em revistas Qualis A Nacional e internacional, sendo exigida a internacionalização do curso, que é avaliada mediante a publicação de 1,3 trabalho/ano docente em revistas Qualis A internacional, além do estabelecimento de convênios com universidades estrangeiras, participação de professores visitantes e bolsas sanduíche para os discentes, etc. Mas quanto a avaliação, há também outros critérios, como a titulação do corpo docente, o tempo de titulação discentes do programa de pós-graduação, entre outros, que podem ser acessados na página da CAPES.

AI: Sente-se cansada físico ou mentalmente com o ritmo do trabalho? O que faz para combater o estresse profissional?

MJ: Tenho um problema de coluna e convivo com uma hérnia de disco, devido a um desgaste muito grande, ocasionado por tensão na região cervical. Há mais de cinco anos faço cinesioterapia e recentemente comecei RPG, o que ajuda a liberar o estresse, o cansaço.

AI: Em que momento sente-se pressionada profissionalmente?

MJ: Em muitos momentos, sobretudo, quando tenho que entregar relatórios solicitados encima da hora e dar conta de leituras de teses e dissertações e entregues com pouco prazo. Vivemos cumprindo prazos, o que sabemos que também não pode ser diferente. Mas, se pudéssemos lidar sempre com pessoas responsáveis, seria ótimo. No entanto isso nem sempre ocorre, o que gera angústia e tensão. Uma das coisas que mais estressa é tentar a comunicação on-line com as agências de fomento, CAPES e CNPq operam quase que exclusivamente pela Internet, em momentos que nossa rede está com problemas. Recentemente tivemos que fazer um cadastro dos alunos do curso, pela Internet, e foi difícil finalizar o trabalho por problemas de conexão. Já outras questões precisam ser destacadas, como a falta de infra-estrutura da universidade!

AI: O que diria para um jovem graduando, pós-graduando, que pretende a vida acadêmica, sobre essa competição, esse ritmo de vida?

MJ: Esse ritmo louco não é só na universidade. O que precisamos, é que a sociedade repense suas posturas e, faça uma reflexão sobre onde quer chegar. Quem trabalha, trabalha muito, caso contrário, fica à margem. Em qualquer profissão, você precisa gostar do que faz, pois facilita muito. Outra coisa é ter consciência que nenhuma profissão é melhor ou mais importante que a outra, pois a falha de uns pode prejudicar ou dificultar o trabalho dos demais. Todas as profissões são essenciais para o funcionamento da sociedade.

EXPEDIENTE — ADUR INFORMA
PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, KM 7 — CAMPUS DA UFRRJ — SEROPÉDICA, R.J.
CAIXA POSTAL: 74.537 — CEP: 23.851-970.
TELEFAX: (21)2682-1379.
E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA, RICARDO BARBARA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 MTB-RJ)
FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA
TIRAGEM: MIL EXEMPLARES